

crise econômica piora

Sem negociação

Se o ministro do Planejamento, Delfim Netto não trazer desta sua viagem o indispensável "sinal verde" do Fundo Monetário Internacional para poder renegociar a dívida brasileira com seus credores, a difícil situação econômica do Brasil deverá se agravar ainda mais a partir da segunda quinzena de setembro. A falta de recursos para a importação de petróleo e a falta de crédito junto aos países exportadores poderá provocar, inclusive, um racionamento de combustível, conforme já chegou a admitir na segunda-feira o empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Conforme técnicos do segundo escalão do Governo, a situação se torna ainda mais delicada, uma vez que o Clube de Paris só deverá se reunir em setembro. Informações de Washington dão conta de que o FMI deverá analisar a nova carta de intenções do Brasil somente depois de 15 de outubro isto é, após a votação pelo Congresso Nacional do Decreto-lei 2.045 que fixa a nova política salarial exigida pelo próprio Fundo. Banqueiros de Nova Iorque, entretanto, disseram ontem que acreditam que o FMI anuncie até o final deste mês, que aceita a nova carta de intenções do Governo brasileiro.

Os banqueiros admitiram que as negociações finais nesse sentido foram feitas no último fim de semana entre o ministro do Planejamento e o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, mas não quiseram revelar os detalhes desses entendimentos. Em Lon-

dres, o jornal "Financial Times" disse em sua edição de ontem que "se de um lado o anúncio do FMI aliviaria a situação internacional de pagamentos do Brasil, de outro, certamente, trará um elevado preço interno na necessária política de austeridade".

Segundo a imprensa européia, a expectativa é ainda maior "quando se aguardam medidas vitais no campo econômico a serem adotadas a partir do final desta semana, quando reassumirá as suas funções o presidente João Figueiredo". Segundo as mesmas fontes, "De Larosière admitiu que a aprovação pelo Congresso Nacional da nova política salarial será um fator de credibilidade para o governo brasileiro de que poderá cumprir todo o restante das exigências fundamentais do novo programa a que se propôs".

A imprensa européia destaca, ainda, que a "performance já conseguida pelo Brasil no balanço de suas exportações, é animadora, assim como o FMI espera que a inflação brasileira possa ser reduzida, no ano que vem, para 60 por cento". Analistas do setor admitem que se De Larosière liberar ainda este mês a recomendação ao Comitê Coordenador de Bancos responsável pela dívida externa brasileira, os 119 bancos que participaram do encontro de fevereiro em Nova Iorque poderão liberar no final de setembro os fundos congelados do empréstimo Jumbo a que se compromissaram.

Atraso nos juros não surpreende

Paris — Não causou surpresas nos círculos bancários ocidentais a decisão do Brasil de suspender o pagamento dos juros de sua dívida externa aos países credores do Clube de Paris. Segundo observadores do setor essa medida ocorreu depois do pedido feito pelo Brasil no sentido de reescalonar oficialmente a dívida garantida pelos grandes países industrializados. O montante dessas dívidas até o final de 1984, equivale a um montante de aproximadamente, 1,5 bilhão de dólares.

A decisão do governo brasileiro fez recrudescer a preocupação dos bancos ocidentais, que desejariam que o FMI adotasse uma posição firme diante do Brasil. As instituições financeiras consideram que é preciso submeter o Brasil a condições econômicas "suficientemente firmes" para proceder a um rees-

calonamento da dívida externa. Em Bonn, o ministro da Fazenda da Alemanha Ocidental, Gerhard Stoltenberg, disse ontem, que o Brasil deve continuar pagando os juros de sua dívida, "porque os países credores terão dificuldades em exportar bens ao Brasil se não receberem qualquer tipo de pagamento".

Em Washington, o Tesouro dos Estados Unidos se recusou ontem a comentar a suspensão dos pagamentos do Brasil ao Clube de Paris, mas funcionários da área econômica do governo norte-americano indicaram que se trata de um "processo normal". As mesmas fontes admitiram, também, que o Clube de Paris deva se reunir em dezembro próximo e por isso "a suspensão unilateral dos pagamentos brasileiros não será muito prolongada".

Empréstimos dependem dos reajustes

Washington — A disposição dos bancos comerciais de continuarem emprestando aos países latino-americanos em desenvolvimento, dependerá fundamentalmente da eficácia dos programas de reajuste econômico aceitos pelos países endividados em acordos com o Fundo Monetário Internacional. A informação faz parte de um relatório divulgado ontem pelo FMI em que é analisada a retração de empréstimos bancários a partir do ano passado, a países como o Brasil, o México e a Argentina.

A redução de novos financiamentos ocorreu devido ao "súbito aparecimento dos problemas de pagamento das dívidas nesses países", diz o estudo. Embora a concessão de novos empréstimos se reiniciasse num ritmo bem menor em 1983, quase a metade deles foram concedidos ao Brasil e ao México, como parte dos acordos patrocinados pelo FMI para reestruturar suas dívidas externas. Segundo o mesmo documento, o total da dívida dos países latino-americanos é, hoje, de US\$ 300 bilhões, ou seja, a metade da dívida dos países de todo o mundo em desenvolvimento.

Essa redução nos empréstimos ocorreu — ainda segundo o relatório — pelo temor dos bancos em face do risco de insolvência e confirma o receio dos economistas latino-americanos segundo os quais a retração dos empréstimos particulares provocará uma demora maior para que esses países começem a sentir os efeitos de recuperação econômica mundial. Isto porque a maior parte dos empréstimos concedidos ao Brasil, México e Argentina estão des-

tinados, principalmente, a aliviar as dificuldades financeiras e facilitar o pagamento de juros sobre dívidas anteriores, e não para reativar setores econômicos e produtivos.

Segundo o estudo, os empréstimos novos dos bancos comerciais às nações em desenvolvimento não produtoras de petróleo chegaram a 25 bilhões de dólares em 1982, enquanto os empréstimos novos feitos em 1981 totalizaram 51 bilhões de dólares. Simultaneamente, os empréstimos aos países industrializados, que em 1981, tinham chegado a 99 bilhões de dólares, cairam para 57 bilhões, em 1982. Em contraste, os empréstimos aos países exportadores de petróleo aumentaram de dois bilhões de dólares, em 1981, para oito bilhões de dólares, em 1982.

O Estudo diz que o total de empréstimos novos prometidos aos países em desenvolvimento no primeiro trimestre de 1983 foi de 19,3 bilhões de dólares, ligeiramente inferior ao do mesmo período em 1981. Mas quase a metade desse total — 9,4 bilhões — foi destinada exclusivamente ao Brasil e ao México. Como parte do mecanismo de assistência montado pelo FMI para os países fortemente endividados, os bancos comerciais são aconselhados a manter um forte nível de empréstimos a essas nações para facilitar o refinanciamento das dívidas. O estudo prevê, também um declínio marginal dos novos empréstimos a todo o mundo em 1983, embora no caso dos países em desenvolvimento, espere-se alguma recuperação dos níveis baixos registrados no segundo semestre de 1982, até totalizar entre US\$ 15 e US\$ 20 bilhões de dólares.

País não pode comprometer divisas, afirma Aureliano

O presidente Aureliano Chaves, afirmou ontem, que "o País não pode comprometer as divisas que vem gerando com o bom desempenho da balança comercial apenas no pagamento da dívida, sendo necessário formar uma reserva, principalmente para fazer frente à flutuação das taxas de juros internacionais". A afirmação foi feita ao deputado cearense Paulo Lustosa (PDS), que foi recebido em audiência no Palácio do Planalto, pela manhã. Segundo o deputado, o presidente em exercício "considera inadiável uma recomposição do perfil da dívida externa brasileira, para desafogar um pouco a grave situação financeira atual".

Lustosa disse ter proposto ao presidente "a elaboração, pelo governo, de um projeto emergencial na área econômica, que possa ganhar o respaldo de toda a sociedade, e que permita uma negociação da dívida externa de forma mais política, diretamente com os governos dos países credores". Para o deputado, essa negociação deve ter algumas premissas, como a garantia de suprimento de petróleo (através das sete grandes empresas petrolíferas ou através de trocas de mercadorias com

alguns países), a realização de vendas a termo de produtos brasileiros, para entrega futura, junto aos Estados Unidos, como fez o México, a redução e parcelamento dos juros da dívida, a garantia de novos empréstimos facilitados e a transformação de parte da dívida de curto prazo em dívida de longo prazo".

Paulo Lustosa defendeu ainda "o fim da recessão, porque há limite para apertar a corda no pescoço da economia nacional". Defendeu também maior austeridade do governo e estatais, controle e redução da dívida interna, sem o que, no seu entender, será impossível conter os juros. O deputado revelou que Aureliano Chaves "ouvira atentamente" suas sugestões, pedindo que as apresentasse por escrito, "porque são dignas de avaliação pelo governo". Lustosa frisou que decidiu levar suas impressões sobre a economia brasileira ao presidente em exercício por admirar "seu equilíbrio, ponderação e bom senso". Na mesma audiência, o parlamentar cearense apresentou também algumas sugestões para o combate à seca do Nordeste e o atendimento às populações flageladas.